



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

**TERMO ADITIVO Nº N. 01 AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
Nº 23/2019.**

**TERMO ADITIVO N. 01 AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
Nº 23/2019**

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO (SEI) [0001851-05.2019.6.22.8080](#)

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-
CIENTÍFICA E CULTURAL QUE ENTRE
SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DE RONDÔNIA, A
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
E O INSTITUTO DE PESQUISAS
SOCIOJURÍDICAS DA AMAZÔNIA.**

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, em Porto Velho/RO, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador SANSÃO SALDANHA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG 274.136 – SSP/DF e CPF 059.977.471-15, doravante denominado **TRE-RO**, a **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, criada pela Lei nº 3.848 de 18/12/60, com seu atual nome homologado pela Lei nº 4.831 de 05/11/65, com seu Plano de Reestruturação, através do Decreto 62.414 de 15/03/68, consolidado, tendo sido o seu Estatuto, aprovado pelo Conselho Federal de Educação, de acordo com o parecer nº 696 de 05/09/69, com sede na Cidade de Niterói/RJ, na Rua Miguel de Frias, nº 9 – Icaraí, CNPJ/MF sob nº 28.523.215/0001-06, doravante denominada **UFF**, neste ato representada pelo seu Magnífico Reitor, Professor **ANTONIO CLAUDIO LUCAS DA NÓBREGA**, portador da cédula de identidade nº 047412036, expedida pelo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF nº 808.987.697-87, e-mail(s): reitor@id.uff.br, telefone(s): (21) 2629-5205/2629-5208/97551-0000, e o **INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIOJURÍDICAS DA AMAZÔNIA**, com sede Avenida Calama, 3800, sala A, Bairro Embratel, em Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP 76820-780, inscrita no CNPJ sob o nº 31.838.082/0001-71, doravante denominada simplesmente **IPESAM**, representada por sua presidente **GÚNILA COELHO DA SILVA ALVES**, brasileira, casada, administradora, portadora da Cédula de Identidade Civil RG 627.849 SSP/RO e do CPF nº 699.360.052-87, e-mail(s): gunila2018@gmail.com, telefone(s): (69) 99377-8307, resolvem estabelecer o **PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA E CULTURAL N. 23/2019**, consoante o disposto na **CLÁUSULA TERCEIRA** do **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA E CULTURAL**, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O objeto do presente termo aditivo é a cooperação entre os partícipes no campo da pesquisa e desenvolvimento dos laboratórios e pesquisadores das instituições envolvidas em projetos comuns, em especial o fomento a pesquisas no Estado de Rondônia.

Subcláusula Única

- 1 - Título e descrição do projeto: Turma de Mestrado Interinstitucional e Pesquisas Interdisciplinares em Sociologia e Direito: apoio a docentes e a mestrandos e doutorandos residentes no Estado de Rondônia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF);
- 2 - Responsável pela execução do projeto em cada uma das firmatárias: Wilson Madeira Filho e Napoleão Miranda pelo PPGSD-UFF, Gúnila Coelho da Silva Alves pelo IPESAM e Secretário da EJE/RO pelo TRE-RO, ou outro servidor que venha exercer a função de Secretário da EJE/RO;
- 3 - Obrigações dos partícipes: PPGSD-UFF – estruturação do curso de mestrado interinstitucional, organizando agendas, disciplinas, trabalhos de campo, orientações, publicações, bancas; realização de seleção de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estudantes através de edital seguindo os parâmetros dos editais de seleção do PPGSD-UFF em sua sede em Niterói RJ; TRE-RO – apoio estrutural, cessão de espaço de aulas, salas de estudo e biblioteca; IPESAM – gerência administrativa de apoio, passagens, diárias, pagamentos de bolsas de apoio;

4 - Prazos e cronograma da execução: 1) mestrado: 30 meses – meses 1 a 18 – disciplinas, supervisão através do Núcleo Estrutural e de Pesquisa, relatório preliminares, publicação dos resultados parciais; meses 19 a 24 – elaboração de trabalhos de campo, realização de qualificações e de Seminários específicos; meses 25 a 30 – preparo final dos relatórios, defesas de dissertações e publicações;

5 - Recursos necessários à execução do projeto: sala de estudo, auditório e sala de aulas;

6 - Condições quanto à propriedade industrial e comercialização dos resultados: toda propriedade intelectual estará atrelada às regras do PPGSD-UFF e em conformidade com a Capes, devendo estar registrado o patrocínio do TRE-RO e do IPESAM em todas as publicações; e

7 - Rescisão: Conforme Cláusula Quinta.

CLÁUSULA SEGUNDA

A Universidade Federal Fluminense poderá contratar a Fundação Euclides da Cunha para permitir melhor exequibilidade administrativa e financeira do projeto.

CLÁUSULA TERCEIRA

Os recursos necessários à execução deste projeto de pesquisa dizem respeito exclusivamente ao deslocamento, hospedagens, coordenação e manutenção dos participantes do projeto, durante as suas missões nos trabalhos de campo no Estado de Rondônia, bem como à disponibilização de bolsas de auxílio ao desenvolvimento de pesquisas aos pesquisadores. Deverão ser disponibilizadas bolsas no valor nunca superior àqueles pagos pelas agências de fomento à pesquisa oficiais (CNPq, CAPES, FAPERJ), correspondente às atividades de pesquisa em campo, ficando a cargo do IPESAM a quitação de todas estas despesas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA QUARTA

Em caso de ausência de financiamentos por parte do IPESAM, poderão os estudantes matriculados, às suas próprias expensas, participar da continuidade do curso e demais atividades no campus de Niterói RJ.

CLÁUSULA QUINTA

O presente Termo Aditivo (Projeto) poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou, unilateralmente, por qualquer delas, desde que aquela que assim o desejar comunique à outra, por escrito, com antecedência de 90 (noventa) dias.

Havendo pendências, as partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Convênio, as responsabilidades pela conclusão ou encerramento dos trabalhos, respeitadas as atividades em curso.

O presente Termo Aditivo poderá ser rescindido de pleno direito por qualquer das partes, a qualquer tempo, desde que haja descumprimento das obrigações assumidas por uma delas.

CLÁUSULA SEXTA

O TRE/RO providenciará a publicação resumida do presente termo aditivo no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia – DJE e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem em concordância, lavrou-se o presente instrumento, que, após lido e achado conforme pelas partes, foi assinado por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI.

Porto Velho-RO, 06 de setembro de 2019.

Desembargador **SANSÃO SALDANHA**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

ANTONIO CLAUDIO LUCAS DA NÓBREGA

Reitor da Universidade Federal Fluminense

GÚNILA COELHO DA SILVA ALVES

Presidente do Instituto de Pesquisas Sociojurídicas da Amazônia

Aldací Souza Mota

CPF: 326.504.772-53

Testemunha

Luciano da Silva Santos

CPF 812.434.482-53

Testemunha

José Aparecido Alves de Lima

CPF 294.170.741-72

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **SANSÃO BATISTA**

SALDANHA, Presidente, em 06/09/2019, às 12:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **GUNILA COELHO DA SILVA ALVES, Usuário Externo**, em 06/09/2019, às 13:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CLAUDIO LUCAS DA NÓBREGA, Usuário Externo**, em 06/09/2019, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 09/09/2019, às 13:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 09/09/2019, às 13:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ APARECIDO ALVES DE LIMA, Usuário Externo**, em 09/09/2019, às 17:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0453158** e o código CRC **F391AC11**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001851-05.2019.6.22.8080

INTERESSADO: ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DE RONDÔNIA - EJE/RO e TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA - TRE/RO

ASSUNTO: ANÁLISE – MINUTA TERMO DE REFERÊNCIA, PLANO DE TRABALHO, TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO e PRIMEIRO TERMO ADITIVO (UFF – TRE/RO – IPESAM)

PARECER JURÍDICO Nº 0448838 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado para registrar os atos referente à celebração de Termo de Cooperação Técnica entre este Tribunal e a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Instituto de Pesquisas Sociojurídicas da Amazônia (IPESAM) para a realização pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado) para magistrados e servidores deste Regional.

02. Por meio da Remessa [0448115](#), a EJE/RO - Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia encaminhou os presentes autos para esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico, registrando que o Termo de Referência juntado no Processo SEI n. [0001136-60.2019.6.22.8080](#), já havia sido analisado anteriormente pela COMAP, evento [0421181](#).

03. Naqueles autos a Coordenadora da COMAP - unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do inciso XXIV do art. 3º e inciso V do art. 17 ambos da Instrução Normativa TRE n. 004/08, entendendo que o atual vínculo que poderá ser formado (convênio) não se enquadre no conceito de contratações públicas, analisou o TR e concluiu que o mesmo se encontra em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inciso I, e art. 14 da Lei n. 8.666/93, manifestando pela celebração do convênio, caso o TR seja aprovado e desde que juntados o PLANO DE TRABALHO e as certidões negativas de tributos federais, FGTS, Justiça do Trabalho e CNJ (evento [0421181](#)).

04. Nos presentes autos, encontram-se juntados Termo de Referência EJE-RO n. 69 (evento [0434660](#)), Plano de Trabalho (evento [0434662](#)) e minutas do Termo Acordo de Cooperação Técnico-Científica (evento [0434715](#)), do Primeiro Termo Aditivo ao referido acordo (evento [0434720](#)) e do Edital de Seleção n. 271/2019 (evento [0434729](#)), bem como certidões negativas do IMPESAM - Instituto de Pesquisas Sociojurídicas da Amazônia (evento [0435877](#)).

05. Registre-se que o objeto destes autos tramitou inicialmente no Processo SEI n. [0001136-60.2019.6.22.8080](#), para cursos de pós-graduação *stricto sensu* de Mestrado e Doutorado, tendo sido aberto e autuado o presente processo em razão da necessidade de reformulação dos documentos iniciais (Termo de Referência, Plano de Trabalho) diante da manutenção apenas do curso de mestrado (já que houve pouca adesão ao curso de doutorado) e também para facilitar a instrução processual do procedimento de contratação, inclusive porque naqueles autos havia a manifestação individual de vários servidores interessados nos referidos cursos, além de outros documentos distintos de contratação (evento [0434613](#)).

06. É o necessário relato.

II – DA ANÁLISE

07. Inicialmente cabe registrar que convênio é um gênero que comporta várias espécies, dentre elas o Termo ou Acordo de Cooperação Técnica. Este pode ser conceituado como instrumento jurídico formalizado entre entidades da Administração Pública ou entre entidades privadas sem fins lucrativos, com o objetivo de firmar interesse na mútua cooperação técnica, visando execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes.

08. A Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que as minutas de acordos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da Administração Pública devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração, *in verbis*:

Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

[...]

Parágrafo único. **As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.** (Grifou-se)

09. Analisando a minuta do Termo de Acordo de Cooperação Técnico-Científica (evento [0434715](#)) quanto à forma, conteúdo e observância da legislação, conclui-se que está adequada e contempla os fins a que se propõe.

10. No tocante à minuta do Primeiro Termo Aditivo ao referido Acordo de Cooperação Técnico-Científica (evento [0434720](#)), verifica-se do seu conteúdo que não há qualquer alteração ou acréscimo ao acordo de cooperação em si, dispondo apenas, de forma mais detalhada, sobre o próprio projeto objeto do acordo, constando a descrição, os responsáveis pela execução, as obrigações, os prazos, cronogramas, recursos necessários para execução e a rescisão, não havendo qualquer irregularidade nesse sentido.

11. Em relação às minutas, tem-se que as mesmas deverão sofrer pequeno ajuste/acréscimo da seguinte forma:

No Termo de Acordo de Cooperação Técnico-Científica (evento [0434715](#)), conforme a seguir:

a) na cláusula nona, modificar a redação para fazer constar, como usualmente utilizado neste Tribunal, "O TRE/RO providenciará a publicação resumida do presente termo aditivo no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia – DJE e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993".

No Primeiro Termo Aditivo ao referido Acordo de Cooperação Técnico-Científica (evento [0434720](#)), conforme a seguir:

a) na subcláusula única da cláusula primeira, item 2, consta o nome específico de servidora como responsável pelo TRE/RO, devendo ser substituído por "Secretário



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da EJE/RO" ou ser acrescentado, após "[...] pelo TRE-RO", o termo "ou outro servidor que venha exercer a função de Secretário da EJE/RO", a fim de que essa personalidade não engesse o referido termo aditivo e obrigue a realização de outro aditivo para eventual substituição;

b) acrescentar uma cláusula sexta, após o término do primeiro parágrafo da cláusula quinta, para fazer constar, de forma simétrica, na mesma forma prevista na cláusula nona do Termo de Acordo de Cooperação Técnico-Científica (evento [0434715](#)), que "O TRE/RO providenciará a publicação resumida do presente termo aditivo no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia – DJE e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993".

12. Após a realização dos ajustes/acréscimos acima referidos e sugeridos, as minutas anexas estão alinhadas, no que for compatível com as disposições do art. 55, da Lei nº 8.666/93, que estabelece as cláusulas mínimas dos contratos administrativos, em especial:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;

VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - os casos de rescisão;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. (Grifou-se)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13. Considerando que não há obrigações recíprocas de natureza econômico-financeira entre as partes, tendo, inclusive sido juntado nos autos o necessário Plano de Trabalho, nos moldes sugeridos pela COMAP quando da análise do referido TR (evento [0421181](#)), é possível concluir que as minutas sob análise, após os ajustes sugeridos no item 11 acima, também atendem, para fins de possível aprovação, no que forem compatíveis, as disposições do art. 116 e seguintes da Lei nº 8.666/93, que estabelece regras específicas para os acordos firmados pela Administração Pública, a saber:

Art. 116. Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

§ 1º - A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas;

III - etapas ou fases de execução;

IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;

V - cronograma de desembolso;

VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador. (Grifou-se)

14. Acerca do conteúdo, as minutas contemplam o objeto do acordo, estabelecendo as regras necessárias para sua execução conforme o fim proposto, a orientação e consultoria no campo da pesquisa e desenvolvimento dos laboratórios e pesquisadores das instituições envolvidas em projetos comuns, em especial o fomento a pesquisas no Estado de Rondônia para o curso de Mestrado em Sociologia e Direito para os servidores deste Tribunal e magistrados que tenham interesse no referido curso.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. Em relação ao Termo de Referência EJE-RO n. 69 (evento [0434660](#)), tem-se que o mesmo traz em seu bojo os elementos caracterizadores do objeto em que se pretende contratar, já sido devidamente analisado pela COMAP no evento [0421181](#) quando do exame do Termo de Referência n. 35 (evento [0412710](#)), que praticamente repete este Termo de Referência n. 69, havendo, inclusive, sido juntado Plano de Trabalho e certidões negativas do IPESAM, conforme mencionado na referida análise da COMAP, faltando apenas as certidões negativas da UFF - Universidade Federal Fluminense, as quais, embora não constitua requisito indispensável, já que não há obrigação financeira por parte deste Tribunal, seria de boa prática as respectivas juntadas. Com efeito, o mencionado Termo de Referência n. 69 (o qual foi devidamente analisado pela COMAP no evento [0421181](#), quando do exame do Termo de Referência n. 35, evento [0412710](#), que praticamente repete este TR n. 69), pode ser aprovado pela autoridade superior, embora o acordo a ser firmado e ora examinado não se enquadre no conceito de contratação pública, em que se exige, necessariamente, a existência de termo de referência/projeto básico.

16. Convém deixar ressaltado que o § 2º do art. 55 da Lei n. 8666/93, aplicável aos convênios e acordos por força do art. 116 desta mesma lei, dispõe que "*nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual*", estando tal exigência devidamente cumprida nos termos da cláusula nona do Termo de Acordo de Cooperação Técnico-Científica (evento [0434715](#)) ao qual prevê foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Rondônia, para dirimir as controvérsias eventualmente instauradas a execução desse termo, não solvidas administrativamente.

17. Por último, no tocante à minuta do Edital Especial de Seleção n. 271/2019 (evento [0434729](#)), embora, da mesma forma que o TR, não seja exigido para o presente acordo de cooperação técnico-científico e o respectivo primeiro aditivo, tem-se que o referido ato convocatório também está em conformidade com o que pretende selecionar, devendo, apenas, adequar as datas do calendário do processo seletivo, previsto no item 2.4 do referido edital, uma vez que está constando o período de 19 a 20 de agosto de 2019 para as etapas de seleção.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – DA CONCLUSÃO

18. Por todo o exposto, conclui-se que o **Termo de Referência n. 69/2019** (evento [0434660](#)) possui os elementos essenciais encontrando-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I, e art. 14 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aprovado, devendo ser providenciadas, embora não configurando requisito indispensável, porquanto não há obrigação financeira por parte deste Tribunal, as certidões negativas de tributos federais, FGTS, Justiça do Trabalho e CNJ da Universidade Federal Fluminense (UFF), como boa prática, nos termos analisados no item 15 acima.

19. Da mesma forma, conclui-se que o **Plano de Trabalho** (evento [0434662](#)) está apto para aprovação, uma vez que está de acordo com os termos do art. 116, § 1º, da Lei n. 8.666/93.

20. Destarte, esta Assessoria, em cumprimento ao art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, **APROVA** os termos das minutas dos acordos de cooperação técnico-científica e do primeiro termo aditivo desse acordo (eventos [0434715](#) e [0434720](#)), desde que após realizados os ajustes/acréscimo consoante sugestão exposta no item 11 acima, estando, depois de tais ajustes, os instrumentos aptos a produzirem os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

21. Com relação ao Edital de Seleção n. 271/2019 (evento [0434729](#)), tem-se que o referido ato convocatório deve apenas adequar as datas do calendário do processo seletivo, constante no item 2.4 do referido edital, conforme item 17 acima, estando em conformidade com o que pretende selecionar, motivo pelo qual esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta do referido edital e de seus anexos, em cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

22. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos do pedido a ela submetida, não incumbe a esta unidade, nos termos regimentais, avaliar e pronunciar-se acerca de outras questões dado o seu caráter eminentemente técnico.

Submete-se à consideração da Diretoria-Geral, nos termos da REMESSA [0448115](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **FREDERICO SADECK FILHO, Assessor Jurídico**, em 23/08/2019, às 18:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0448838** e o código CRC **2BE5CDE1**.

0001851-05.2019.6.22.8080

0448838v12

Criado por 005565662399, versão 12 por 005565662399 em 23/08/2019 18:55:27.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001851-05.2019.6.22.8080

INTERESSADO: ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL

ASSUNTO: Acordo de Cooperação Técnico-científica e Cultural para a realização de serviços educacionais de pós-graduação stricto sensu (Mestrado).

DESPACHO Nº 4078 / 2019 - PRES/DG/GABDG



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Trata-se de processo administrativo instaurado para registrar os atos referente à celebração de Termo de Cooperação Técnica entre este Tribunal e a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Instituto de Pesquisas Sociojurídicas da Amazônia (IPESAM) para a realização de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado) para magistrados e servidores deste Regional ([0434657](#)).

Foram colacionados aos autos o Termo de Referência EJE-RO n. 69 (evento [0434660](#)), Plano de Trabalho (evento [0434662](#)) e minutas do Termo Acordo de Cooperação Técnico-Científica (evento [0434715](#)), do Primeiro Termo Aditivo ao referido acordo (evento [0434720](#)) e do Edital de Seleção n. 271/2019 (evento [0434729](#)), bem como certidões negativas do IMPESAM - Instituto de Pesquisas Sociojurídicas da Amazônia (evento [0435877](#)).

Na remessa [0448115](#), a EJE registrou que o termo de referência já havia sido analisado anteriormente pela COMAP no PSEI 0001136-60.2019.6.22.8080, evento [0421181](#).

Conforme o referido documento, COMAP concluiu que o Termo de Referência encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º e inciso IX e art. 7º da Lei n. 8.666/93 para contratação direta, **na modalidade de convênio**, com inexigibilidade de licitação.

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral opinou pela aprovação do Termo de Referência EJE-RO n. 69 (evento [0434660](#)), e do Plano de Trabalho (evento [0434662](#)) e, em aprovou as minutas do Termo Acordo de Cooperação Técnico-Científica (evento [0434715](#)) e do Primeiro Termo Aditivo ao referido acordo (evento [0434720](#)), ressaltando a necessidade de acréscimos e alterações apontadas no item 11 do parecer. Aprovou ainda o Edital de Seleção n. 271/2019 (evento [0434729](#)), ressaltando a necessidade de adequação das datas do calendário do processo seletivo, previsto no item 2.4 do referido edital ([0448838](#)).

Inicialmente, verifica-se que do ponto de vista jurídico formal, nos termos do bem lançado parecer jurídico da ADJG ([0448838](#)), o presente convênio reúne as condições para sua aprovação, bem como partes do ajuste se encontram no exercício legítimo de suas autonomias administrativas, que no caso estão claramente dirigidas para a realização de seus desideratos legais.

Do ponto de vista da análise da conveniência para celebração do convênio, verifico que a aprovação da presente parceria trará



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

grandes vantagens aos servidores desta justiça especializada, tendo em vista que o vínculo junto ao Instituto de Pesquisas Sociojurídicas da Amazônia (IPESAM) visa garantir as condições para estreitar um convênio que garanta a execução junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia, do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Sociologia e Direito da Universidade Fluminense (PPGSD-UFF).

Some-se a isso que é de interesse deste Tribunal o constante aperfeiçoamento de seus colaboradores, com constantes capacitações, sem custos para os cofres públicos, ou possibilitar a qualificação de todos os colaboradores minimizando seus custos a serem despendidos para tal fim, de modo a incentivar a qualificação/capacitação de todo o corpo técnico.

Por fim, registra-se que, em cumprimento ao artigo 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, as minutas do Termo Acordo de Cooperação Técnico-Científica (evento [0434715](#)), do Primeiro Termo Aditivo ao referido acordo (evento [0434720](#)) e do Edital de Seleção n. 271/2019 (evento [0434729](#)) foram devidamente aprovadas pela Assessoria Jurídica

Assim, pela competência delegada pelo inciso II do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, bem como vislumbrando toda viabilidade e vantajosidade para este Tribunal, **esta Diretora-Geral aprova o Termo de Referência EJE-RO n. 69 (evento [0434660](#)) e autoriza o Acordo de Cooperação Técnica entre este Tribunal, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Instituto de Pesquisas Sociojurídicas da Amazônia (IPESAM) e do Primeiro Termo Aditivo ao referido acordo**, nos termos das minutas aprovadas pela referida Assessoria Jurídica no exercício de sua atribuição normativa, guardadas as ressalvas apontadas.

À SAOFC para providências, observando-se as orientações contidas nos itens 11 e 17 do Parecer Jurídico.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 27/08/2019, às 10:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0449105** e o código CRC **FD4BB3F0**.

0001851-05.2019.6.22.8080

0449105v10

Criado por 026098941465, versão 10 por 000396362321 em 27/08/2019 10:56:16.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Publicação do Extrato do 1º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 23/TRE-RO, assinado em 06/09/2019, celebrado entre o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE/RO, CNPJ: 04.565.735/0001-13, a UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF, CNPJ: 28.523.215/0001-06, e o INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIOJURÍDICAS DA AMAZÔNIA – IPESAM, CNPJ: 31.838.082/0001-71. Objeto: Cooperação entre os partícipes no campo da pesquisa e desenvolvimento dos laboratórios e pesquisadores das instituições envolvidas em projetos comuns, em especial o fomento a pesquisas no Estado de Rondônia, que por meio do Termo Aditivo estabelece as responsabilidades e encargos dos partícipes, prazo para execução do plano de trabalho, indicação dos executores e demais características e exigências da ação conjunta. Fundamentação Legal: Cláusula Terceira do Acordo originário. Signatários: Desembargador SANSÃO SALDANHA, Presidente do TRE-RO, ANTONIO CLAUDIO LUCAS DA NÓBREGA, Reitor da UFF e GÚNILA COELHO DA SILVA ALVES, Presidente do IPESAM. Processo SEI: 0001851-05.2019.6.22.8080.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 09/09/2019, às 12:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0453787** e o código CRC **8D79E758**.

0001851-05.2019.6.22.8080

0453787v3

Criado por 006007062364, versão 3 por 006007062364 em 09/09/2019 12:20:20.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 175, terça-feira, 10 de setembro de 2019

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE. SEI n. 0014316-33.2019.6.17.8000. OBJETO: Contratação de empresa para capacitação de 03 servidores do TRE/PE, no curso A VISÃO DO TCU SOBRE 50 TEMAS FUNDAMENTAIS E APLICADOS DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA, com duração de 24 horas/aula, em Salvador/BA. CREDOR: ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S/A. CNPJ: 06.781.069/0001-45. FUNDAMENTO LEGAL: art. 13, VI, c/c o art. 25, II, da Lei n. 8.666/93. PERÍODO: de 05 a 07/08/19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa: 02122057020GP0026; Natureza da Despesa: 339039; Nota de Empenho: 2019NE000547, de 27/05/19; Valor do Empenho R\$ 11.426,40. AUTORIZAÇÃO: Alda Isabela Saraiva Landim Lessa, Diretora Geral, em 23/05/19. Ratificação: Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho, Presidente, em 03/09/2019.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE. SEI n. 0012928-95.2019.6.17.8000. OBJETO: Contratação de empresa para realização do curso: Carreira Programador IONIC, na modalidade a distância, com objetivo de habilitar a equipe de desenvolvimento de softwares para o uso de tecnologia mobile, visando aplicações híbridas ainda mais poderosas, com duração de 60 horas/aula. CREDOR: ACOVS Sistemas de Informática LTDA. CNPJ: 05.555.382.0001-33. FUNDAMENTO LEGAL: art. 13, VI, c/c o art. 25, II, da Lei n. 8.666/93. PERÍODO: 01 ano e contar da liberação do acesso de 24 licenças, com início em agosto/2019. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa: 02122057020GP0026; Natureza da Despesa: 339039; Nota de Empenho: 2019NE000600, de 25/06/19; Valor do Empenho R\$ 19.200,00. AUTORIZAÇÃO: Alda Isabela Saraiva Landim Lessa, Diretora Geral, em 20/06/19. Ratificação: Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho, em 03/09/2019.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE. SEI n. 0018146-07.2019.6.17.8000. OBJETO: Contratação de empresa para realização do curso EAD - Levantamento e Gestão de Requisitos, com duração de 24 horas/aula, para capacitação de 04 servidores do TRE/PE, na modalidade telepresencial. CREDOR: FATTO CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA - EPP. CNPJ: 02.434.797/0001-60. FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, II, da Lei n. 8.666/93. PERÍODO: 02/09/2019 a 16/10/2019. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa: 02122057020GP0026; Natureza da Despesa: 339039; Nota de Empenho: 2019NE000672, de 18/07/19; Valor do Empenho R\$ 10.005,00. AUTORIZAÇÃO: Alda Isabela Saraiva Landim Lessa, Diretora Geral, em 17/07/19. Ratificação: Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho, Presidente, em 03/09/2019.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE. SEI n. 0021013-70.2019.6.17.8000. OBJETO: Contratação de empresa para realização do curso "Gerenciamento e Gestão de Projetos baseado na Metodologia ITIL", com duração de 20 horas/aula, para capacitação de 15 servidores do TRE/PE, em Recife/PE. CREDOR: QUALITI EDUCAÇÃO E TREINAMENTO EM INFORMÁTICA EIRELI. CNPJ: 05.333.361/0001-78. FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, II, c/c Inciso VI, art. 13 da Lei n. 8.666/93. PERÍODO: de 05 a 09/08/2019. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa: 02122057020GP0026; Natureza da Despesa: 339039; Nota de Empenho: 2019NE000672, de 18/07/19; Valor do Empenho R\$ 10.005,00. AUTORIZAÇÃO: Alda Isabela Saraiva Landim Lessa, Diretora Geral, em 17/07/19. Ratificação: Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho, Presidente, em 03/09/2019.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE. SEI n. 0016212-14.2019.6.17.8000. OBJETO: Contratação de empresa para realização do curso Gestão de Processos (Business Process Management - BPM) aplicado ao Serviço Público, com duração de 28 horas/aula, para capacitação de 03 servidores do TRE/PE, em Recife/PE. CREDOR: ESAPI - Escola de Administração e Treinamento Ltda. CNPJ: 35.363.479/0001-46. FUNDAMENTO LEGAL: art. 13, VI, c/c o art. 25, II, da Lei n. 8.666/93. PERÍODO: de 25 a 28/06/2019. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa: 02122057020GP0026; Natureza da Despesa: 339039; Nota de Empenho: 2019NE000578, de 10/06/19; Valor do Empenho: R\$ 8.389,50. AUTORIZAÇÃO: Alda Isabela Saraiva Landim Lessa, Diretora Geral, em 07/06/19. Ratificação: Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho, Presidente, em 03/09/2019.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE. SEI n. 0015052-51.2019.6.17.8000. OBJETO: Contratação de empresa para realização do curso Redação com foco na elaboração de documentos oficiais, em consonância com o manual de redação da Presidência da República, com duração de 21 horas/aula, para capacitação de 02 servidores do TRE/PE, em Recife/PE. CREDOR: ESAPI - Escola de Administração e Treinamento Ltda. CNPJ: 35.363.479/0001-46. FUNDAMENTO LEGAL: art. 13, VI, c/c o art. 25, II, da Lei n. 8.666/93. PERÍODO: de 12 a 14/08/2019. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa: 02122057020GP0026; Natureza da Despesa: 339039; Nota de Empenho: 2019NE000672, de 27/05/19; Valor do Empenho R\$ 3.383,00. AUTORIZAÇÃO: Alda Isabela Saraiva Landim Lessa, Diretora Geral, em 24/05/19. Ratificação: Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho, Presidente, em 03/09/2019.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE. SEI n. 0018611-16.2019.6.17.8000. OBJETO: Contratação de empresa para realização do curso "Gestão e Fiscalização de Contratos de TI", com duração de 16 horas/aula, para capacitação de 15 servidores do TRE/PE, em Recife/PE. CREDOR: ESCOLA DE NEGÓCIOS CONEXÕES EDUCAÇÃO EMPRESARIAL LTDA. CNPJ: 07.774.090/0001-17. FUNDAMENTO LEGAL: art. 13, VI, c/c o art. 25, II, da Lei n. 8.666/93. PERÍODO: 12 e 13/08/2019. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa: 02122057020GP0026; Natureza da Despesa: 339039; Nota de Empenho: 2019NE000604, de 25/06/19; Valor do Empenho R\$ 23.800,00. AUTORIZAÇÃO: Alda Isabela Saraiva Landim Lessa, Diretora Geral, em 25/06/19. Ratificação: Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho, Presidente, em 03/09/2019.

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Nota de Empenho Ordinário. TRE-PE n.º 2019NE0821, emitida em 05/09/2019. SEI nº 0030523-44.2018.6.17.8000 CONTRATADA: BML Comercial LTDA. Valor: R\$ 3.280,00. OBJETO: Material de acondicionamento e embalagem. FUNDAMENTO LEGAL: Ata de Registro de Preço nº 066/18, vinculada ao pregão eletrônico nº 049/18 deste TRE-PE. PTRE: 084609. Elemento de despesa: 3390.30.19.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO nº 36/2019. Processo SEI nº 0007893-30.2019.6.18.8000. CONTRATADA: L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA-CNPJ nº 04.613.668/0001-654. OBJETO: Prestação de serviços de agenciamento de viagens aéreas, compreendendo a emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e, eventualmente, internacionais, destinadas aos Juizes Eleitorais, Servidores, Requisitados e Colaboradores Eventuais, quando em viagem a serviço do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. VALOR DA CONTRATAÇÃO: R\$ 459.052,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil e cinquenta e dois reais), para o período de 12 (doze) meses. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT n.º 02.122.057.020GP.0022 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa. 02.061.0570.4269.0001 - Pletos e letos, sob ED nº 3.3.90.33 - Passagens e despesas com locomoção. VIGÊNCIA: Prazo de 12 (doze) meses, a contar da

data prevista na Ordem de Serviço emitida pela Coordenadoria de Apoio Administrativo. DATA DA ASSINATURA: 05/09/2019. ASSINAM: Pelo TRE, Johnny Wellington Chaves de Andrade e Silva, Secretário de Administração Orçamento e Finanças e, pela contratada, a Sr.ª Mirela Mendonça Valente Gonçalves.

AVISO DE PENALIDADE

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, Informa a empresa PLENA DISTRIBUIDORA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EIRELI (CNPJ: 19.965.187/0001-59), consoante o disposto no art. 41, da Instrução Normativa nº 02, de 11 de outubro de 2010 e suas alterações, o registro, junto ao SICAF, da sanção de impedimento de licitar e de contratar com a União pelo período 4 (quatro) meses, com consequente descredenciamento do SICAF pelo mesmo prazo, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, no item 14.1.5 do Edital de Pregão Eletrônico nº 297/2017 e item 12.2.1. do seu Anexo I (Termo de Referência), conforme decisão constante dos autos do Processo SEI nº 00008258-21.2018.6.18.8000.

GEALDO SEBASTIÃO ALMEIDA MOTA FILHO
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS SEÇÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo n. 03 ao Contrato n. 44/2015, referente à prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e lavagem de veículos do TRE-RS, mediante utilização de cartão magnético, firmado entre o TRE-RS e a empresa Link Card Administradora de Benefícios EIRELI. OBJETO: Prorrogar a vigência do contrato original, ratificando-se as demais cláusulas contratuais. FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/1993. SIGNATÁRIOS: Des. Marlene Bonzanini e Sr. Marcelo de Oliveira Lima. Proc. SEI n. 0001954-85.2019.6.21.8000. DATA DA ASSINATURA: 09-9-2019.

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2019 - UASG 70021

Nº Processo: 0006014-04.2019.6. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de água mineral, em garrafas de 20 litros, cedidos em comodato, durante o exercício de 2020.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 11/09/2019 das 12h00 às 17h59. Endereço: Avenida Padre Cacique, 96, Prala de Belas - Porto Alegre/RS ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70021-5-00049-2019. Entrega das Propostas: a partir de 11/09/2019 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 23/09/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O edital também está disponível no site www.tre-rs.jus.br.

JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO
Diretor-geral

(SIASnet - 09/09/2019) 70021-00001-2019NE000059

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

EXTRATO ACORDO COOPERAÇÃO TÉCNICA

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica 23/2019/TRE-RO, de 06/09/2019, celebrado entre o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA - TRE-RO, CNPJ: 04.565.735/0001-13, a UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF, CNPJ: 28.523.215/0001-06, e o INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIOJURÍDICAS DA AMAZÔNIA - IPESAM, CNPJ: 31.838.082/0001-71. Objeto: Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF) para candidatos residentes no Estado de Rondônia. Fundamentação Legal: Art. 116 da Lei 8.666/1993. Vigência: 5 anos, contados a partir 06/09/2019. Signatários: Desembargador SANSÃO SALDANHA, Presidente do TRE-RO, ANTONIO CLAUDIO LUCAS DA NÓBREGA, Reitor da UFF e GÊNIA COELHO DA SILVA ALVES, Presidente do IPESAM. Processo SEI: 0001851-05.2019.6.22.8080.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Extrato do 1º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica TRE-RO 23/2019, de 06/09/19. Celebrado entre o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA - TRE-RO, CNPJ: 04.565.735/0001-13, a UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF, CNPJ: 28.523.215/0001-06, e o INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIOJURÍDICAS DA AMAZÔNIA - IPESAM, CNPJ: 31.838.082/0001-71. Objeto: Cooperação entre os partidos no campo da pesquisa e desenvolvimento dos laboratórios e pesquisadores das instituições envolvidas em projetos comuns, que por meio do Termo Aditivo estabelece as responsabilidades e encargos dos participantes, prazo para execução do plano de trabalho, indicação dos executores e demais características e exigências da ação conjunta. Fundamentação: Cláusula Terceira do Acordo originário. Signatários: Desembargador SANSÃO SALDANHA, Presidente do TRE-RO, ANTONIO CLAUDIO LUCAS DA NÓBREGA, Reitor da UFF e GÊNIA COELHO DA SILVA ALVES, Presidente do IPESAM. Processo SEI: 0001851-05.2019.6.22.8080.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2019 - UASG 70018

Nº Processo: 53.454-55.2019. Objeto: Aquisição de peças para manutenção de Intercaladora DC 10 - MINI.. Total de Itens Licitados: 2. Edital: 11/09/2019 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Rua Francisco Miquelina, 123, Bela Vista - São Paulo/SP ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70018-5-00095-2019. Entrega das Propostas: a partir de 11/09/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 23/09/2019 às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

ALESSANDRO DINTOF
Secretário de Administração de Material

(SIASnet - 06/09/2019) 70018-00001-2019NE000068



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.tre-rs.jus.br/sistemaeleitoral>, pelo código 0530205100100125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

